

O papel dos movimentos sociais em prol da economia solidária: possibilitadores de cidadania e inclusão social*

The role of social movements in support of social economy: enablers of citizenship and social inclusion

Juvêncio Borges Silva¹
Mariana Leiu Richter²

Resumo

Os movimentos sociais incentivadores da economia solidária são considerados propulsores de uma nova orientação para a sociedade, desenvolvendo um modelo alternativo ao existente, a fim de propiciar a inclusão social e, por via reflexa, o resgate da cidadania. Diversas iniciativas como a ANTE-AG, a CNBB, as incubadoras tecnológicas e o próprio movimento de economia solidária fundamentam um novo conceito de economia que se contrapõe ao modelo capitalista vigente, excludente, propugnando por uma economia que seja ao mesmo tempo sustentável e incluyente, que contemple as pessoas marginalizadas na sociedade, proporcionar-lhes as condições e oportunidades necessárias para o seu pleno desenvolvimento como pessoa humana e como cidadão. A análise pretendida dessas iniciativas passa pela valorização e conceituação da teoria dos movimentos sociais que possibilita compreender a relevância no contexto atual. Os projetos decorrentes de movimentos sociais em prol da economia solidária se colocam entre a sociedade civil e o Estado na busca de uma economia que contribua igualmente para o desenvolvimento da pessoa humana e efetivação do exercício da cidadania, na construção de uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Economia solidária. Cidadania.

Abstract

Social movements which support solidarity economy are known as promoters of a new direction for society. By the development of an alternative model, it aims to foster social inclusion and ultimately, to recover citizenship-awareness. Several initiatives such as ANTEAG, CNBB, technological Start-ups and the solidarity movement itself are guidelines to a new concept of economy that opposes the ongoing exclusionary capitalism-based model. They advocate for a system that is not only sustainable, but also inclusive; an economy that cares and assists the marginalized population, providing them with the necessary conditions and opportunities for their full development as human beings and as citizens. The valuation and the appraisal of the social-movement theory are necessary for the analysis of these initiatives; therefore, for the understanding of their importance in the present context. Social movements' projects that focus on solidarity economy are subjects to the state and civil society interests in the pursuit of the development of an economy

* Artigo recebido em julho de 2013.

Aceito para publicação em agosto de 2013.

¹ Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Franca, Mestre pela UNICAMP (2000), doutor pela UNESP (2005) e pós doutor em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra-PT (2010), professor do Programa de Mestrado em Direito da Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP.

² Graduada em Direito pela PUC/PR (2007), Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela PUC/PR (2008). Mestranda na área de Direitos Coletivos e cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto (2012). Servidora Pública Federal.

that considers the advancement of human beings as well as the expansion of citizenship awareness in building a fairer society.

Keywords: Social Movements. Solidarity economy. Citizenship.

1 Introdução

Refletindo sobre as diversas conjunturas históricas percorridas pela sociedade, vislumbra-se a necessidade permanente de lutar pela sua sobrevivência e pela melhoria das condições humanas básicas. Esse processo gerou o surgimento de mobilizações de grupos organizados, promovidas pela própria população, a fim de preservar direitos já antes conquistados e ainda, a defesa de patamares mais justos e humanos.

A provocação popular recebeu a denominação de movimentos sociais e possui caráter reivindicatório perante o Estado que é o principal responsável por garantir um padrão mínimo de dignidade.

Nesse sentido, a história da humanidade revela uma participação marcante de atuação dos movimentos sociais na luta pela conquista e defesa de direitos. O resgate da cidadania traduz um dos objetivos primordiais da luta dessas organizações em suas diversas áreas de atuação e consiste em importante instrumento de transformação da condição humana.

É certo que desde a década de 90, no Brasil, os atores da economia solidária vêm se articulando e se organizando em espaços regionais de atuação para discussão desse novo modelo econômico. Em grande parte, essas iniciativas contribuíram para a construção de uma mentalidade crítica acerca dos ditames trazidos pelo capitalismo.

Destaca-se a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG) movimento que defende a autogestão como modelo de administração e surgiu diante da falência de diversas empresas na década de 80. Como se verá, a autogestão tem como primórdio o gerenciamento das atividades pelos empregados, em uma expectativa de manutenção dos postos de trabalho.

Outra experiência que merece relevância consiste no incentivo das atividades solidárias pelo Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com início nos anos 80/90 através dos projetos alternativos comunitários

(Pac's) que visavam gerar trabalho e renda em esforço contínuo para mudança da sociedade.

As universidades não ficaram inertes aos movimentos que estavam acontecendo, assim foram criadas as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's) que formavam grupos a fim de fornecer suporte aos novos empreendimentos solidários.

O movimento de economia solidária surge dentre o rol dos movimentos reivindicatórios com objetivo de propor nova forma de atuação da economia propiciando uma verdadeira transformação da sociedade. O artigo em tela apresenta as bases desses movimentos, suas intenções, e formas de atuação bem como seus princípios, permitindo assim, uma abertura para novas possibilidades mais humanas nas relações sociais.

Assim, compreende-se relevante preliminarmente analisar o conceito de movimentos sociais, os fatores históricos e sociais que justificaram o seu surgimento, bem como as teorias que impulsionaram a sua legitimação como forma de atuação.

Nesta concepção, o presente trabalho tem como objetivo analisar os movimentos sociais que influenciaram na implementação da economia solidária como modelo contemporâneo, alternativo ao vigente e incentivador de novas práticas econômicas com o objetivo de inclusão social dos indivíduos que foram marginalizados pelo sistema econômico hodierno.

O referido artigo está estruturado em três partes. A primeira versa sobre a história dos movimentos sociais em uma perspectiva do que sejam tais movimentos. Em um segundo momento analisa-se alguns exemplos de movimentos sociais em prol da economia solidária, seus princípios e bases de atuação. Por fim, discute-se se os movimentos sociais disponibilizam em seu processo o resgate da cidadania e a relação desta com a economia solidária. Seriam os movimentos sociais uma tendência capaz de introduzir e consolidar na economia de mercado um modelo viável e diverso do existente? A economia solidária proporciona o resgate da cidadania?

2 Evolução histórica e conceitual dos movimentos sociais

A pesquisa, discussão e análise no que se refere aos movimentos sociais tem sido objeto de investigação das ciências sociais, que têm se ocupado tanto com a inves-

tigação epistemológica relativa aos movimentos sociais, quanto com a investigação empírica, procurando compreender a práxis destes movimentos, sua forma de organização e atuação. Estas análises, por sua vez, não podem ser realizadas sem se considerar sua dimensão axiológica.

O próprio conceito de movimentos sociais não pode ser dissociado das condições sociais e históricas de sua elaboração, logo, o próprio conceito se modifica no decorrer dos processos históricos. Dessarte, a própria noção de movimento social não é consensual nas ciências sociais. Para Gohn³, movimentos sociais

[...] são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento a partir de interesse em comum. Essa identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Vários pesquisadores, de diferentes posições teóricas tem se ocupado do estudo deste fenômeno social, dentre eles Ammann⁴:

Movimento Social é uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade.

Nos termos da concepção de Ammann⁵ os movimentos sociais possuem algumas características que os definem dentro da sociedade. A análise parte do princípio de que a contestação é elemento substancial dos Movimentos Sociais, e fazem a oposição no contexto das relações de produção. Os protagonistas podem ser classes sociais, etnias, partidos políticos, além de outras formas que podem assumir, mas nem sempre tem caráter de classe, e nem sempre lutam pelo poder. E em última análise, esclarece que os movimentos sociais podem ter como ob-

jetivo tanto a transformação como a preservação de uma situação ou relação concreta.

Apesar de não existir uma visão única e universal sobre os movimentos sociais entende-se como uma reivindicação por melhores condições de trabalho e vida, com o objetivo de construir uma nova condição social humana, que resulta nas transformações das bases que sustentam toda a relação existente entre Estado e sociedade.

Os movimentos sociais de modo geral existem há muito tempo. Baseiam-se nas lutas e reivindicações para diminuição das desigualdades e exclusões sociais e melhores condições de vida, sendo assim, analisa-se as condições históricas e estruturais que deflagraram as lutas sociais por patamares superiores aos vigentes.

Os Movimentos Sociais surgiram das lutas reivindicatórias da população insatisfeita com a forma de governo instituída, que não assegurava nenhum ou quase nenhum direito, contudo, cobrava altas taxas e impostos, além de outras obrigações dos cidadãos. Assim, no Brasil, durante o período colonial, era exigida uma série de impostos e taxas pela Coroa além da obrigação da manutenção e conservação do espaço urbano pelos que o ocupavam.

Dessa situação de exploração e desconfiança surgiram movimentos de resistência por parte da população, que não conseguia cumprir com todas as exigências que lhes eram impostas. Nesse sentido explica Gohn⁶:

O "povo" tinha de construir suas próprias condições de sobrevivência no meio urbano (abrir ruas, conservá-las, construir muros, valas, passagens, pontos sobre córregos e etc) e pagar altos impostos ao fisco. Não havia nenhuma contrapartida. O resultado disso foi a aprendizagem da necessidade de resistir, não pagando taxas, burlando a lei, quando não se entrava em conflito direto. Não havia direitos ou Poder da Justiça para socorrer. Daí a desconfiança e a busca de estratégias de "dar-se um jeito.

Posteriormente uma série de revoltas foi desencadeada por conflitos em torno do solo. Para se livrar da obrigatoriedade das taxas e dos demais trabalhos de conservação acima mencionados, os colonos partiram em direção a outros territórios, que por sua vez eram ocupados pelos índios. Começa assim, a luta em torno do espaço,

³ GOHN, Maria da Glória Marcondes. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Edições Loyola, 1995. p. 44.

⁴ AMMANN, Safira B. *Movimento popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do parlamento*. São Paulo: Cortez, 1991. p. 22.

⁵ AMMANN, Safira B. *Movimento popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do parlamento*. São Paulo: Cortez, 1991. p. 22.

⁶ GOHN, Maria da Glória M. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Edições Loyola, 1995. p.179.

e percebe-se que independentemente das circunstâncias especiais de cada época esta discussão continua sendo pertinente na atualidade.

Vê-se, portanto, que essa situação de opressão perdurou por muito tempo, pois até o século XVIII não foram encontradas normas democráticas de regulação entre o Governo-povo, não havia uma diferenciação em torno do público e do privado, vivia-se assim, em um Estado sem garantias nas relações pactuadas. A consequência apresentada pela população consistia na implantação de novas formas de resistência às ordens emanadas para garantir a sobrevivência⁷.

Nos anos 60, o estudo dos movimentos sociais se ampliou através de várias teorias devido a uma série de fatores históricos e estruturais que motivaram a análise desse instituto. Havia um interesse especial sobre a visibilidade dos movimentos enquanto fenômenos concretos na sociedade, também sobre o desenvolvimento de teorias sobre o social e ações coletivas.

Nas décadas de 50 e 60⁸ a noção que era dada aos movimentos tinha uma conotação de desordem social, eram fontes de conflitos fomentadores de revoluções. Nessa época, relacionava-se a concepção dos movimentos sociais com as ideias marxistas, entendendo assim, como sendo a luta de classes que envolvia a questão da reforma ou revolução no seu bojo. Acrescenta-se o aspecto empírico dessa teoria, tendo como objeto de estudo o movimento operário ou camponês.

Para Gohn⁹ diferenciam-se quatro grandes paradigmas de movimentos sociais, a saber: o Marxista, o norte-americano, o dos novos movimentos sociais e o latino-americano. Na Europa há referência há duas abordagens teóricas: a marxista e os novos movimentos sociais. O marxismo pauta-se no estudo dos processos históricos globais, nas contradições existentes e na luta das classes sócias. Já o paradigma dos Novos Movimentos Sociais

baseia-se em explicações pautadas no âmbito político ou dos microprocessos da vida cotidiana.

Em relação ao paradigma norte-americano¹⁰, este trouxe a concepção positiva dos movimentos sociais, como sendo agentes construtores de inovações culturais. Dentre os estudos analisados teve destaque a ótica econômica desses movimentos, citando a organização, a estratégia, as oportunidades e os recursos como elementos-chaves na análise.

O conceito americano consubstancia-se nas discussões sobre a teoria Europeia dos Novos Movimentos Sociais, desde a década de 60 e 80, e resultou em uma nova abordagem que envolveu americanos e europeus. Dessa forma, a base de sustentação dessa nova corrente não mais está sustentada na questão econômica e sim na questão política.

Assim, o protótipo teórico europeu analisou a questão dos movimentos sociais por duas abordagens: a neomarxista e Novos Movimentos Sociais, cada qual com seus princípios específicos. Na França (Touraine), na Itália (Melucci) e na Espanha (Castells) eram as principais referências de teorias sobre os movimentos sociais.

O paradigma latinoamericano por sua vez, concentrou seus estudos nos movimentos libertários e emancipatórios que envolvem os negros, as mulheres, enfim as minorias que lutam pelos espaços públicos, pela moradia, pela terra dentre outros, predominando nos anos 70 a corrente europeia Marxista e nos anos 80 a corrente dos Novos Movimentos Sociais. Nesse cenário, a globalização e os processos de redemocratização influenciaram o estudo dos movimentos sociais.

Diante dessa visão geral em torno das teorias, primeiramente, analisa-se o modelo clássico, seus principais elementos teóricos, posteriormente, trata-se das novas interpretações sobre os movimentos sociais, notadamente, a abordagem “neomarxista” e o “paradigma dos novos movimentos sociais”.

2.1 O modelo clássico marxista

Os estudos acerca dos movimentos sociais foi marcado, inicialmente, pela teoria marxista na qual pre-

dominam as concepções de estrutura e das determinações das classes sociais e de seu papel no processo das transformações históricas. Nesse contexto a ideia de classe política ganha destaque, cujo modelo enfatiza os processos econômicos e sua preocupação básica consiste em identificar as forças determinantes no momento em que os conflitos se iniciam. Assim, somente são considerados movimentos sociais as condutas coletivas que apresentarem componentes do processo político em grau amplo. Contudo, não se reveste a teoria marxista de fácil compreensão, mesmo dentre os estudiosos. Ressalta-se assim, análise de Gohn¹¹ a respeito do tema:

Sabemos que o paradigma marxista clássico tem duas grandes correntes. Uma ligada ao jovem Marx e a seus estudos sobre a consciência, a alienação e a ideologia etc. e criou uma tradição histórica humanista que teve continuidade nos trabalhos de Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lukács e na Escola de Frankfurt, após a Segunda Guerra Mundial. Será esta leitura do marxismo que alimentará as análises contemporâneas feitas sobre os movimentos sociais. A outra corrente decorre dos trabalhos de Marx já “maduro”, após 1850, com os estudos sobre o desenvolvimento do capital, onde os conceitos básicos serão formação social, forças produtivas, relações de produção, superestrutura, ideologia, determinação em última instância, mais valia etc. Esta última corrente privilegia os fatores econômicos, macro-estruturais da sociedade. O conflito entre capital e trabalho gera a luta de classes, principal motor da História. A classe operária industrial têm primazia no processo de luta social e o movimento operário desempenha o papel de vanguarda nas transformações sociais. Ele, junto com o partido político e com intelectuais orgânicos à classe operária teriam uma missão histórica: transformar a sociedade das desigualdades sociais em uma outra, sem opressão ou oprimidos. O privilégio dado à classe operária se explicaria pelo papel que ela ocupa no processo de produção - arena central do processo de conflito social - e pelas contradições sociais do próprio sistema capitalista naquele processo. A classe operária seria o agente principal de um novo devir histórico por ser a negação de seu oponente básico: a burguesia.

Considera-se assim, que o estudo dos movimentos sociais sob o enfoque marxista possui respaldo no resultado dos processos históricos existentes e nas lutas de classes decorrentes do processo de produção. A contradição existente entre capital e trabalho é o motor de

propulsão para que exista a luta por melhores condições e reestruturação do estado de equilíbrio. Assim, os movimentos sociais são expressões que resultam da luta dos trabalhadores e demais oprimidos pela busca de uma sociedade justa, igualitária, resultando no conflito com a ordem dominante, dirigindo-se para a constituição de novas relações sociais e econômicas.

Observa-se um ponto importante na análise de Marx¹² sobre os movimentos sociais, qual seja, a relevância da solidariedade nas relações como sendo fator determinante para a conquista de seus objetivos. A solidariedade a que se refere Marx relaciona-se com a cumplicidade que deveria existir nas relações sociais de determinado grupo que compartilha a mesma experiência ou possui o mesmo objetivo.¹³

2.2 Paradigma acionalista de Alain Touraine

Na Europa, a partir de 60, surgiu uma preocupação em estudar um novo paradigma para as ações sociais. Assim, foram apontadas várias correntes doutrinárias a fim de contrapor a corrente marxista clássica ortodoxa. Dentre outras citaremos a corrente Francesa com Touraine, a corrente italiana com Melucci, e ainda a corrente de Castells. A abordagem de Touraine é estruturada a partir do paradigma Acionalista, que tem por base um pressuposto básico do funcionalismo, qual seja, toda ação é resposta ao estímulo social.

Na compreensão de Gohn¹⁴, Touraine entende que:

O movimento social apresenta-se na abordagem Acionalista como uma ação de um grupo, um ator coletivo. Para tal, é necessário que ele “se defina por sua situação nas relações sociais de produção, isto é, que se situe nas reivindicações e sua oposição a um grupo adversário no interior dos problemas da sociedade industrial”.

⁷ GOHN, Maria da Glória M. *História dos movimentos e lutas sociais*: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 1995. p.185.

⁸ GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Teorias dos Movimentos Sociais*: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2007. p. 329.

⁹ GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Teorias dos Movimentos Sociais*: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2007. p.14-16.

¹⁰ GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Teorias dos Movimentos Sociais*: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2007. p. 331.

¹¹ GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Teorias dos Movimentos Sociais*: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2007. p. 172.

¹² GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Teorias dos Movimentos Sociais*: paradigmas clássicos e contemporâneos, São Paulo: Edições Loyola, 2007. p.178.

¹³ Marx se referia à solidariedade entre a classe trabalhadora que possuía um objetivo comum que consistia na sua emancipação.

¹⁴ GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Teorias dos Movimentos Sociais*: paradigmas clássicos e contemporâneos, São Paulo: Edições Loyola, 2007. p.143.

Assim para esse autor o conceito de movimento social implica a combinação de três¹⁵ princípios: a) princípio de identidade consistente na definição do ator do conflito, b) um princípio de oposição, que seria a relação entre o ator e o adversário e c) o princípio de totalidade que seria o objeto da problemática.

Por fim, explicita o autor as suas diferenças em relação à concepção ortodoxa instituída por Marx, e afirma que a ideia de movimento social se difere da ideia de classe social, conquanto os objetivos atuais sejam outros. Não há mais a preocupação em alterar o sistema vigente, e sim criar condições de assegurar o acesso ao sistema e aos direitos que estejam sendo ameaçados como o direito a vida e a liberdade de expressão. E arremata com o pensamento de que hoje os novos movimentos sociais falam mais de democracia interna do que de tomada de poder, ajustando assim, as novas posturas assumidas pelos Movimentos Sociais Contemporâneos.

2.3 Paradigma da identidade coletiva de Alberto Melucci

Outro pensador ilustre que contribuiu para a teoria dos movimentos sociais, Alberto Melucci, foi considerado o precursor da corrente italiana e um dos fundadores do paradigma da identidade coletiva. Seu enfoque situa-se mais ao nível microsocietal, ao contrário de Touraine que privilegia sistemas macros¹⁶. Na década de 1980, criou um novo conceito (Novos Movimentos Sociais), e o distinguiu dos movimentos passados em diversos estudos. Ainda, devido a sua formação propôs uma análise psicossocial dos movimentos sociais. Estabeleceu então, uma conexão entre movimentos sociais e necessidades individuais na sociedade contemporânea. Tomados estes elementos essenciais, para Melucci¹⁷, o fenômeno da ação coletiva deve ser entendido como:

[...] um conjunto de práticas sociais que envolvem simultaneamente certo número de indivíduos ou grupos que apresentam características morfológicas similares em contigüidade de tempo e espaço, implicando um campo de rela-

cionamentos sociais e a capacidade das pessoas de incluir o sentido do que estão fazendo.

A partir dessa perspectiva dos movimentos sociais Melucci afirma que é necessária a mudança de parâmetros da análise. Há que se utilizar as definições analíticas ao invés das já utilizadas empíricas. Melucci¹⁸ define “analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação”, diferenciando assim os novos movimentos sociais de outros movimentos. Outra contribuição importante diz respeito à introdução na literatura da denominação de redes de movimento ou áreas de movimento¹⁹. Melucci apud Gohn ressalta que os movimentos sociais, a partir do final da década de 80, passaram a se organizar de maneira inter-relacionada, ou seja, formaram-se as redes de movimentos.

Enquanto para Melucci as redes são os canais de intercomunicação entre os atores sociais transformadores, Castells possui visão diferenciada, pois para ele, as redes são instrumentos de dominação da sociedade atual.

2.4 A vertente marxista de Manuel Castells

Castells seguiu a vertente marxista, contudo com algumas diferenças. Distinguiu-se na doutrina pelo seu estudo sobre os movimentos sociais urbanos (MSU)²⁰, e sua técnica metodológica seria relacionar o movimento social com a problemática trazida pelo capitalismo e ainda com a crise urbana. Nos anos 80 a pesquisa reside mais nos limites dos movimentos sociais do que nas suas potencialidades. Acrescenta que esses movimentos são importantes na medida em que reivindicam posturas e direitos, criando uma nova consciência, porém o Estado é o concretizador das mudanças. Ressalta-se que Castells tinha uma visão de movimentos sociais advinda das contradições urbanas como explicita Ammann²¹:

¹⁸ MELUCCI, Alberto. Um Objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, n. 17, jun. p. 57.

¹⁹ MELUCCI, Alberto. Um Objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, n. 17, jun, p. 57. p. 60.

²⁰ GOHN, Maria da Gloria Marcondes. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, São Paulo: Edições Loyola, 2007. p.190.

²¹ AMMANN, Safira B. *Movimento popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do parlamento*. São Paulo: Cortez, 1991. p. 14

Castells remete enfaticamente as lutas urbanas às contradições mais abrangentes do sistema capitalista e sustenta que os movimentos urbanos se convertem em movimentos sociais na medida em que logram converter-se em componente de um movimento político que controvverte a ordem social.

Dessa forma, os conceitos apresentados nos revelam que as mudanças de paradigmas existentes entre os doutrinadores ora citados representam a preocupação em estruturar e incluir os movimentos sociais como instituto fomentador de equilíbrio na sociedade. Ressalta-se que a discussão apresentada sobre o instituto dos movimentos sociais apresenta-se de fundamental importância para a exaltação e ampliação do leque de atuação da sociedade em prol de melhores condições de vida e luta pela cidadania. Isto posto, apresenta-se de real importância a discussão sobre a relação existente entre movimentos sociais e a busca da cidadania.

3 Movimentos sociais e economia solidária: experiências viabilizadoras

A essência dos movimentos sociais baseia-se na luta pela inclusão social das pessoas, grupos, ou classes que foram excluídos de uma determinada ordem, ou nem mesmo chegaram a participar ou ser reconhecidos como pertencentes a uma categoria, seja ela qual for.

Diante desse corolário, analisam-se algumas iniciativas sociais que incentivam a economia solidária, suas origens, seus objetivos e o modo de articulação desses grupos.

3.1 ANTEAG- Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão

Nos anos 80 uma forte crise se alastrou por diversas atividades. Os trabalhadores eram os mais atingidos por esse fato econômico trazido pela globalização, haja vista perderem seus empregos e não haver demanda suficiente para absorver os empregados no mercado de trabalho.

A autogestão dessas empresas falidas foi uma alternativa encontrada pelos trabalhadores demitidos que não tinham outra opção senão gerir esses empreendimentos. Assim, eram criadas pelos próprios trabalhadores cooperativas que assumiam as atividades empresariais a fim de preservar seus postos de trabalho.

Segundo a concepção da Autogestão explica Nascimento²²:

Sem dúvidas, o termo “autogestão” é relativamente novo. Contudo, se a PALAVRA é recente, a IDÉIA é tão antiga quanto o próprio movimento operário, remontando aos inícios do século XIX. Sob palavras distintas e doutrinas diferentes, reencontramos a mesma aspiração na qual se inscreve o projeto da autogestão. A autogestão é imanente ao próprio movimento operário e a seu movimento de emancipação.

Nesses empreendimentos a organização econômica baseia-se na gestão coletiva exercida pelos trabalhadores, que controlam e administram a empresa, os meios de produção e o capital.

Um dos problemas encontrados consiste na capacitação dos funcionários que em sua maioria não possuía conhecimentos técnicos possibilitadores de manter uma empresa em funcionamento, e ainda, baseando-se não no modelo tradicional capitalista, mas em conceitos cooperativistas e solidários.

A ANTEAG surgiu então com o objetivo de representar projetos de autogestão e economia solidária. Especificamente, tem a função de prestar assessoria e capacitar trabalhadores no sentido de garantir o desenvolvimento dos projetos de gestão coletiva como se verifica:

O caminho é educar os proprietários coletivos para que assumam o controle da gestão. Não é por outra razão que a Anteag investe 70% da sua força na educação dos gestores. Não adianta ter o controle da empresa se não se tem controle da gestão²³.

Assim, conforme os ensinamentos de Nascimento²⁴ “A estratégia da economia solidária autogestionária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção capitalista”.

²² NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão: Economia Solidária e Utopia: outra Economia. *Revista Latinoamericana de economia social y solidaria*, v. 2, n. 3, p. 28, jun./dez. 2008.

²³ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO. Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho. 2. ed. São Paulo: ANTEAG, 2002. p. 22.

²⁴ NASCIMENTO, Cláudio. “A autogestão e o “novo cooperativismo.” Brasília: Ministério do trabalho, 2004. p.5. (textos para discussão)

O processo de Autogestão inicia-se geralmente após processos históricos de crise, pois consiste em uma alteração da estrutura social que, em princípio, não havia sido pensado. Nesse sentido, “a participação do trabalhador em termos da autogestão envolve uma interferência não só econômica como política, separando o exercício do poder econômico da posse do capital.”²⁵

Acreditar na viabilidade do processo autogestivo consiste no reconhecimento da capacidade do cidadão fornecendo meios para promover a sua emancipação técnica e o desenvolvimento dessas atividades.

Neste ponto ressalta-se a importância dos movimentos sociais na transformação da sociedade visto que em específico o processo analisado só viabilizou-se pela cooperação de uma classe, um grupo de pessoas com as mesmas necessidades.

Assim, a ANTEAG e as bases da autogestão surgiram da união dos trabalhadores que objetivavam manter vigentes as atividades que desempenhavam nas empresas em processo de falência através de um comprometimento mútuo e de uma visão solidária.

Outro movimento que merece destaque é o promovido pelo CNBB, que passa a expor.

3.2 CNBB- Conferência nacional dos bispos do Brasil

A CNBB atua através dos chamados Pac's que visavam gerar trabalho e renda e possuem como características principais²⁶:

As pastorais sociais se organizam a partir da base. Nasceram da iniciativa de alguns cristãos/pároquias nas suas comunidades ou paróquias. Aos poucos, elas se ampliam e se fortalecem nas dioceses, nos regionais da CNBB e a nível nacional. No Brasil, a Campanha da Fraternidade é semente de muitas ações organizadas e articuladas, que pelo compromisso das comunidades se transformaram em Pastorais Sociais.

A CNBB possui diversas frentes de auxílio aos desamparados e o faz por meio das pastorais que possuem competência dividida conforme a área de atuação. En-

controu-se nesse espaço abertura para o desenvolvimento de atividades solidárias.

Nesse sentido Singer²⁷ explica como são organizados esses projetos.

Os PACs foram classificados em 4 categorias: «comunitários», subdivididos em produtivos e de prestação de serviços, de apoio a «movimentos populares», à «ação sindical» e projetos de «assistência e promoção social». Foram estudados 252 PACs implantados entre 1989 e 1992, que correspondem a 25% do total apoiado pela Cáritas, que estima-se ter sido até 1992 de aproximadamente mil. A metade dos PACs estudados eram comunitários, 82% deles de atividades de ocupação e renda. Isso significa que cerca de 100 dos 252 PACs eram associações ou cooperativas solidárias.

Assim, projetos como os financiados pela CNBB chamados de Pac's que visavam gerar trabalho e renda começaram a ser implementados e a economia solidária ganhou novo estímulo com a difusão de suas ideias.

De primordial importância consiste a articulação efetivada Igreja com outros movimentos sociais, assim a Cáritas surge com escopo de agregar valores a fim de agir contra as situações de exclusão que são encontradas.

Nesse sentido, a Cáritas Brasileira é uma instituição vinculada a Igreja Católica que objetiva dar sustentação à ação social da Igreja e está diretamente ligada à CNBB. Possui organização própria que coordena as unidades regionais. Os recursos utilizados são os recebidos pela Campanha de Solidariedade, assim como doações de outras instituições voltadas para a cooperação internacional.²⁸

A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural.

²⁷ SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos (Org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.22-23.

²⁸ Fundada no Brasil em 12 de novembro de 1956, a Cáritas Brasileira faz parte a Rede Caritas Internationalis, presente em 165 países e territórios. Reconhecida como entidade de utilidade pública federal, ela também é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Quem Somos: Caridade, Justiça e Paz*. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/site/comissoes-episcopais/caridade-justica-e-paz/2818>. Acesso em: 28 ago. 2013.

Possui como diretriz geral de ação²⁹ “[...] a construção do Desenvolvimento Solidário Sustentável e Territorial, na perspectiva de um projeto popular de sociedade democrática”.

Nesse ponto, insta afirmar que a Cáritas possui papel de suma importância na difusão da economia solidária com constante apoio as associações, redes e cadeias produtivas ora voltadas à emancipação social e econômica dos cidadãos.

Aliada aos movimentos sociais liderados pela Igreja, a Cáritas Brasileira desenvolve dois programas em parceria com o Estado através do Senaes (Secretaria Nacional de Economia Solidária) quais sejam o Brasil Local e os centros de formação em economia solidária.

Ressalta-se a importância dessa iniciativa no combate a pobreza extrema bem como das formas de exclusão social. Assim, como esta, outros projetos merecem destaque como as ITCPS.

3.3 ITCPS - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

As incubadoras tecnológicas surgiram a partir de iniciativas universitárias de fomento a novas alternativas de produção. São formados grupos no âmbito universitário que irradiam conhecimento técnico local a fim de fornecer suporte aos novos empreendimentos solidários.

Nessa esteira, as cooperativas são formadas pelas incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCPS) por meio de uma assessoria multidisciplinar que fornecem apoio à população interessada.

Essa iniciativa realiza atividades de formação dos trabalhadores por meio de políticas públicas bem como assessora programas que oferecem cursos e oficinas que viabilizem formar novas cooperativas populares e manter as já existentes.

As incubadoras hoje estão presentes em diversas universidades como a USP, FGV, Unicamp, UFRGS,

UFRJ, dentre outras, contudo no âmbito desta que se iniciou a primeira ICTP³⁰:

A primeira ICTP foi criada, em 1995, na COPPE/UFRJ, o centro de pós-graduação de engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mediante convênio da COPPE com a FINEP e a Fundação Banco do Brasil, sendo as duas últimas financiadoras da nova entidade. No segundo semestre de 1995, a Incubadora apoiou a implantação da Cootram, juntamente com a Fio Cruz e a Universidade Federal de Santa Maria. A partir de 1996, ela iniciou a formação de cooperativas na Baixada Fluminense e nas favelas cariocas.

Nesse processo de desenvolvimento da formação de novos empreendimentos solidários, as incubadoras sentiram a necessidade de se relacionar a fim de trocar experiências e formar um grupo com maior representatividade.

Dessa ideia surgiu a RIDI - rede de incubadoras de desenvolvimento inclusivo e possui como objetivos vincular as Incubadoras a fim de favorecer a transferência de tecnologias e conhecimentos. Nesse sentido³¹ “um dos objetivos da RIDI é proporcionar a troca de experiências entre as incubadoras, cujo foco é o desenvolvimento inclusivo de comunidades locais”.

Nas reuniões da Rede são discutidas questões referentes ao trabalho desenvolvido, projetos, trocas de experiências e ações comuns a fim de compartilhar os problemas e também as soluções encontradas na implantação e no andamento dos projetos já desenvolvidos.

Assim, as incubadoras nascem e se desenvolvem no âmbito das universidades com vistas a orientar os interessados, e promover aos empreendimentos solidários a sustentação necessária para os primeiros passos dos projetos que se iniciam.

Ressalta-se nesse ponto, a importância social das ITCPS haja vista promover incentivo de novos empreendimentos através do auxílio técnico emancipador do indivíduo, utilizou-se do meio acadêmico, para dar vida a projetos que lá são desenvolvidos.

²⁵ PENTEADO NETO, Alfredo Camargo. *Organizações de trabalhadores: comissões de fábrica, greve, autogestão*. São Paulo: LTR, 1986. p.86.

²⁶ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Quem Somos: Caridade, Justiça e Paz*. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/site/comissoes-episcopais/caridade-justica-e-paz/2818>. Acesso em: 28 ago. 2013.

²⁹ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Quem Somos: Caridade, Justiça e Paz*. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/site/comissoes-episcopais/caridade-justica-e-paz/2818>. Acesso em: 28 ago. 2013.

³⁰ SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.29.

³¹ REDE DE INCUBADORAS DE DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO. *A Rede*. Disponível em: <http://www.itcp.coppe.ufrj.br/ridi/>. Acesso em 29 ago. 2013.

A seguir analisar-se-á o movimento social de economia solidária.

3.4 Movimento social de economia solidária

Economia solidária, como se sabe, consiste em um modelo econômico alternativo ao capitalista que possui bases justificadas na solidariedade, no cooperativismo bem como na sustentabilidade.

Nesse sentido, oportuno citar o conceito de economia solidária como sendo um novo modo de produção, de acordo com a visão de Paul Singer:³²

A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo). Sob capitalismo, os meios de produção são socializados na medida em que o progresso técnico cria sistemas que só podem ser operados por grande número de pessoas, agindo cordialmente, ou seja, cooperando entre si. [...] O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos. A economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo.

Relevante também o entendimento de Ortiz Rocca *apud* Tauile³³ sobre o tema:

A economia solidária recobre diferentes formas de organização onde os cidadãos e cidadãs se incumbem seja para criar sua própria fonte de trabalho, seja para ter acesso a bens e serviços de qualidade ao mais baixo custo possível, numa dinâmica solidária e de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos.

Desde a década de 90, no Brasil, os atores da economia solidária vêm se articulando e se organizando em espaços regionais de atuação para discussão desse novo modelo de atuação econômica. No entanto, foi no primeiro Fórum Social Mundial que ocorreu em Porto Alegre/

RS em 2001, que se uniram trabalhadores, ONGs, igrejas, redes, movimentos sociais e representantes do poder público e formaram um Grupo de Trabalho Brasileiro da Economia Solidária.

Este Grupo de trabalho Brasileiro agregou diferentes simpatizantes e exercitou a construção da discussão a respeito da identidade da luta em prol da economia solidária somando as contribuições específicas e diversas de cada organização.

Destaca-se, que em alguns Estados já havia ocorrido a tentativa de inserção dessa política na realidade brasileira, assim, cita-se o estado do Rio Grande Do Sul (Conselho de Fóruns Microregionais), Rio de Janeiro (Fórum do cooperativismo Alternativo), Ceará (Rede Cearense de sócioeconomia Solidária), Santa Catarina (comissão estadual de articulação) e a criação da rede brasileira de sócio-economia solidária, entre outros.

Concomitantemente a esses avanços, ocorriam plenárias para que o debate não se interrompesse, e, foi em uma dessas ocasiões que houve a criação do movimento de Economia Solidária que por sua vez concebeu o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

Nesse sentido, oportuno citar aqui a declaração proferida na V Plenária Nacional de Economia Solidária:³⁴:

Nossa intenção é aprofundar o debate acerca da economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial, sustentável, diverso e solidário, como opção de organização popular e luta emancipada das/os trabalhadoras/es associadas/os. A economia solidária é, assim, uma proposta transversal e articulada com diversos temas, sujeitos e iniciativas para o enfrentamento e superação do modelo capitalista.

O Movimento de economia solidária adquiriu, portanto, visibilidade com a institucionalização e a implantação da Secretaria ligada ao Ministério do Trabalho, conquistou adeptos que lutam e defendem os interesses preconizados pelo movimento, contudo, subsistiam latentes alguns desafios que deveriam ser enfrentados.

A primeira questão residia na busca da uma identidade pelo movimento, considerando que dentre as concepções imaginadas existe uma diversidade de iniciativas e práticas de diferentes origens históricas e diferentes dimensões sociais, setoriais e regionais. Em um segundo momento, analisava-se a necessidade da superação da visão corporativista enraizada em nossa cultura, idealizando a construção de um projeto político comum, para além dos interesses setoriais tradicionais. O próximo desafio seria a aproximação deste movimento de economia solidária com movimentos sociais cujas práticas sejam de certo modo afins, dessa forma, tornou-se imperativo definir explicitamente uma política de alianças junto a outros grupos como os movimentos que atuam no combate à fome, junto aos desempregados, sem terra, sem teto, movimentos ambientais e etc. Por fim destaca-se que um dos objetivos que reputa ser de importância ímpar é a necessidade de conquistar políticas públicas perante o Estado e ter reconhecidos seus sujeitos como um novo setor da economia, qual seja a economia solidária.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária é um instrumento de mediação política visando a conquista de políticas públicas para a economia solidária, e para tanto ressalta-se de fundamental importância os processos de mobilização nas bases de formação. Como resultado desse diálogo pode-se perceber a formação de uma série de iniciativas, ações e programas.

Uma importante contribuição do Fórum de Economia Solidária foi o mapeamento das atividades como o programa nacional de feiras, o sistema de comércio justo, a campanha nacional de comunicação, o projeto BNB- Fundos Solidários, entre outros. A fim de auxiliar no desempenho de seus objetivos apresentou-se a sociedade a carta de Princípios do Movimento, que tem servido como um “manual” de orientação para distinguir o que é e o que não é economia solidária. Assim, quanto à Plataforma de Lutas e discussões estas se concentram em (sete) 7 grandes eixos:³⁵

- a) Produção, Comercialização e Consumo: objetivam propor um sistema de comércio justo e solidário, assegurar maior acesso a

formas de comercialização e crédito, lutar pelo fortalecimento das cadeias produtivas e das redes produtivas da economia solidária

- b) Marco Legal: pretendem um Sistema Legal de Economia Solidária, mas também incentivam a regulamentação da lei de falência, que favoreça a aquisição dos empreendimentos falidos pelos trabalhadores.
- c) Finanças solidárias: tencionam instaurar um sistema nacional de finanças solidárias (PRONADES), com recursos de diversas fontes, além de acreditar no fortalecimento das redes de Cooperativas de Crédito, Bancos Comunitários, Fundos Solidários Rotativos, Microcrédito solidário, Clube de trocas.
- d) Educação: defendem que deva ser proposto no sistema público de educação diretrizes da educação em Economia Solidária
- e) Democratização do conhecimento e tecnologia: batalham pela democratização do conhecimento e desenvolvimento tecnológico.
- f) Comunicação: primeiramente lutam pela visibilidade à Economia Solidária, e por uma linguagem própria das comunicações governamentais à população voltada para a comunicação popular, respeitando as diversidades regionais e culturais.
- g) Organização Social da economia Solidária: enfatizam o fortalecimento da organização social da Economia Solidária com base de dados, centros públicos, territorialização. Acreditam no poder da participação social na construção, execução e avaliação de políticas públicas e ainda na integração econômica latinoamericana e mundial na perspectiva da Economia Solidária.

Além de todos esses aspectos considera-se por economia solidária aqueles empreendimentos que³⁶ quan-

³² SINGER, Paul; SOUZA, André R. (Org.). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 13.

³³ TAUILE, José R. *Do socialismo de mercado à economia solidária*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO NO NOVO SÉCULO, 1., 2001. Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2001. p. 3.

³⁴ V plenária Nacional de economia solidária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Documento 1: Orientações Gerais e Indicativos metodológicos que serão amplamente utilizadas neste tópico. Disponível em: <www.fbes.org.br>. Acesso em: 05 out. 2012.

³⁵ FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. V plenária Nacional de economia solidária Documento 1: Orientações Gerais e Indicativos metodológicos. 4.1. Definição sobre os segmentos segundo a IV Plenária Nacional (2008). p. 18. Disponível em: <http://www.fbes.org.br>. Acesso em: 28 ago. 2013

³⁶ FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. V plenária Nacional de economia solidária Documento 1: Orientações Gerais e Indicativos metodológicos. 4.1. Definição sobre os segmentos segundo a IV Plenária Nacional (2008). p. 18. Disponível em: <http://www.fbes.org.br>. Acesso em: 28 ago. 2013.

to à gestão e funcionamento internos: São coletivas (singulares e complexas), tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos informais e bancos comunitários. Seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados. Podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a existência real. A forma jurídica não é o mais fundamental, mas sim a autogestão. No caso de associações sem fins lucrativos, estas devem possuir atividade(s) econômica(s) definida(s) em seus objetivos. São organizações regulares, que estão em funcionamento, e organizações que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas. Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário.

São organizações que respeitem os recortes de gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual, grupos sociais minoritários como comunidades tradicionais e de fundo de pasto, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, portadores de necessidades especiais; que abominem toda a forma de violência contra mulheres, crianças, índios, negros; e que contemplem a dimensão ética em suas ações e atividades.

São organizações que respeitem o direito de trabalhadores/as e não explorem o trabalho infantil, considerando exploração o trabalho forçado e coagido e não a transmissão de saberes tradicionais entre pai, mãe e filhos na agricultura familiar.

São organizações que valorizam o compartilhamento, entre homens e mulheres, do trabalho reprodutivo e do cuidado com as pessoas.

São organizações que respeitem critérios ambientais nas suas atividades econômicas, buscando a priorização da conservação ambiental e o desenvolvimento humano.

A Economia Solidária³⁷ ressurgiu hoje como resgate da luta histórica dos trabalhadores, como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais, possui

como objetivos a valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, os valores da cooperação e da solidariedade dentre outros.

Consiste em um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana. Para tanto exige, em primeiro lugar, a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores, que as políticas neoliberais pretendem eliminar.

Nesse cenário de busca por um ideal libertário o Fórum Brasileiro de Economia Solidária possui função primordial de articulador e mediador junto ao governo e a sociedade civil, de políticas de interesse do movimento da Economia Solidária nas diversas áreas.

4 Movimentos sociais e cidadania

Os movimentos sociais foram responsáveis por grandes conquistas em torno da cidadania. Encontrar um conceito de cidadania não é tarefa fácil na doutrina, não sendo unívoco seu significado. Nesse contexto uma distinção que se faz importante consiste em diferenciar a cidadania individual e a coletiva³⁸. A primeira reflete os direitos civis e políticos, vem sendo construída desde os séc. XVII e XVIII quando os valores de castas são ultrapassados pela consideração do indivíduo como centro de direitos nas relações humanas. A cidadania individual pressupõe a liberdade e autonomia dos indivíduos, criando um espaço de garantia e de respeito de seus direitos para expressar livremente suas opiniões.

Já em relação à cidadania coletiva são apresentados dois marcos referências³⁹. O primeiro reside em uma dimensão cívica, ou seja, existem direitos e obrigações a serem seguidos. O segundo aspecto discorre acerca da

contemporaneidade. Seria assim a busca de normas que abarquem direitos econômicos e sociais de classes excluídas desses processos. Diante dessa conceituação que permeia o sentido de cidadania, observa-se que mesmo por diferentes formatos, a busca por uma sociedade mais justa constantemente foi observada como objetivo dos movimentos sociais.

Corroborando com esse pensamento preleciona Gohn⁴⁰:

Não nos resta a menor dúvida de que, no plano geral, a principal contribuição dos diferentes tipos de movimentos sociais brasileiros dos últimos vinte anos foi no plano da reconstrução do processo de democratização do país.

A luta pela cidadania adquire diferentes concepções desde o seu início. O objetivo altera-se conforme o momento histórico e cultural vivenciado. Na fase colonial, a disputa baseava-se na independência política, ou seja, postulava-se pela validade de elementos que direcionassem para o reconhecimento de uma identidade coletiva como a língua, território e os costumes. Na fase imperial⁴¹ houve a ampliação da discussão sobre a cidadania. A demanda consistia na obtenção do trabalho livre, e formas igualitárias de tratamento no âmbito socioeconômico, porém somente no século XIX como o movimento abolicionista e fim do trabalho escravo se deu a luta por tratamento igualitário a todos os homens. Quando chega o período da República pode-se observar uma maior preocupação na efetivação dos direitos, mas ainda observa-se a exclusão dos direitos políticos das mulheres, idosos, analfabetos, soldados e religiosos. E foi a busca pelos direitos políticos que motivou a maioria das reivindicações no sec. XX, que resultou em uma maior participação política dos cidadãos ocasionando uma nova concepção de cidadania.

Sobre o exposto explicita Boaventura:

Uno de los más encendidos debates sobre los NMSs incide en el impacto de éstos en la relación subjetividad-ciudadanía. Según algunos, los NMSs representan la afirmación de la subjetividad frente a la ciudadanía. La emancipación por la que luchan no es política sino ante todo

personal, social y cultural. Las luchas en que se traducen se pautan por formas organizativas (democracia participativa) diferentes de las que precedieron a las luchas por la ciudadanía (democracia representativa)⁴²

Dessa forma, a ação produzida, mesmo em séculos passados, motiva resultados e mudanças diretas em nossa realidade vigente, razão pela qual é necessária a reflexão sobre a influência que os movimentos sociais acarretam em nossa cultura pela busca de melhores condições de vida. Neste sentido consideram Frank⁴³ e Fuentes:

Portanto, muitos tipos de movimentos sociais emergem e se mobilizam para reescrever as regras institucionais (e democráticas?) do jogo e do poder políticos — redefinindo assim o próprio jogo — para que, de modo crescente, incluam e se baseiem em novas regras democráticas do poder social/civil. Ao fazerem isso, ajudam a mudar o centro de gravidade sócio-político de uma democracia política ou econômica (ou outro poder) do Estado para uma democracia e poder civis mais participativos dentro da sociedade e cultura civis. Estas se estendem muito mais adiante da família e do lar para outras preocupações onde as mulheres têm uma presença e um papel relativamente maior que na política e na economia.

Deste modo, deve ser feita uma análise histórica e refletida sobre os direitos conquistados e o envolvimento dos movimentos sociais no êxito dessas lutas por inclusão dos diversos grupos marginalizados pelos processos sociais desenvolvidos ao longo da história.

A diversidade que vivemos e a exclusão social são fatores que podem ser considerados como estopins para a indignação da sociedade e a busca de novas formas de sobrevivência. A exclusão proporciona a reação desses agentes por novas formas de participação, mas para tanto devem seguir parâmetros e ter objetivos traçados. Nesse contexto, a diversidade proporciona a reunião de novas experiências e princípios de atuação.

A economia solidária surge então, como um modelo alternativo em busca de melhores condições de vida, possibilitando a inclusão social e econômica de agentes antes excluídos tanto em relação ao modo de produção

³⁸ GOHN, Maria da Glória M. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Edições Loyola, 1995. p. 195.

³⁹ GOHN, Maria da Glória M. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Edições Loyola, 1995. p. 195-196.

⁴⁰ GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Os sem-terra, ongs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 45

⁴¹ GOHN, Maria da Glória M. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Edições Loyola, 1995. p. 197.

⁴² SANTOS, Boaventura de Sousa. *Los nuevos movimientos sociales*, 2001. p. 180.

⁴³ FRANK, Andre. Gunder; FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos Movimentos Sociais. *Lua Nova: Revista de ciência e política*, n. 17. p. 19-48, jun. 1989.

e circulação de produtos como em relação à participação na sociedade e resgate da cidadania.

A solidariedade consubstancia-se elemento indisociável quando se refere à economia solidária haja vista o contexto cooperativista no qual as primeiras experiências solidárias emergiram. O cooperativismo possui bases bem definidas e princípios próprios que vão ao encontro com as estabelecidas pela economia solidária.

A ideia inicial surge com a divisão igualitária das atividades exercidas, das responsabilidades, e também da divisão dos lucros. Assim, não existiria uma autoridade hierarquicamente superior, fato que possui vantagens e desvantagens. A liberdade de exercício do trabalho, sem dúvida consiste em um benefício, contudo, muitos trabalhadores não possuem o conhecimento técnico necessário para além de exercer as atividades gerenciar a empresa.

Nesse sentido surge a necessidade de todos os integrantes se aperfeiçoarem para garantir um desenvolvimento próspero. Assim, as iniciativas citadas quais sejam: a ANTEAG, CNBB, ITCPS e o Movimento de economia solidária propiciam, cada qual em seu espaço de atuação, atuar para capacitar os indivíduos para que possam manter as atividades e ir além expandir, criar novas possibilidades de inserção da economia solidária na realidade brasileira.

Nesse compasso, entende-se por cidadania a possibilidade de exercer todos os direitos que lhes é garantido, e participar na vida pública e social. O trabalho garante a manutenção não só das necessidades básicas do ser humano, mas também possui um papel integrante. A economia solidária é um modelo alternativo ao vigente, e pode ser medida útil para as pessoas de alguma forma restaram excluídas do *standart* econômico perpetrado em nossa sociedade.

Assegurar o trabalho, a geração de renda através da economia solidária, garante muito mais, como a educação, a capacitação, o empreendedorismo, a sustentabilidade, formando assim não apenas indivíduos mas cidadãos.

5 Considerações finais

Como vimos acima, as lutas e reivindicações por melhores condições sociais visando erradicar as desigualdades e a exclusão social, são propostas abordadas pelos

movimentos sociais. Estes Institutos têm se modificado acompanhando as mudanças sociais, históricas e culturais da, contudo apresentam particularidades no tempo e no espaço.

Neste trabalho, tentou-se apresentar, uma breve conceituação sobre os movimentos sociais, e a análise da evolução histórica dessas lutas. Essa visão da origem se faz indispensável para a percepção do real sentido de sua existência.

Indiscutível que o conflito social acaba por acarretar a resistência da população diante da situação enfrentada e por sua importância inúmeros doutrinadores se propuseram a discutir a relação dos movimentos sociais com a luta por melhores condições, suas bases, princípios origens, sujeitos sociais, e estruturas, como a teoria de Marx, Touraine (França), Melucci (Itália) e Castells (Espanha) que se propuseram a análise dos movimentos sociais.

Com tantas definições disponíveis, nossas investigações indicaram que, de uma maneira geral, a luta proposta pelos movimentos sociais visa à inclusão dos indivíduos marginalizados em decorrência do processo histórico e social pelo qual a sociedade passou. Nesse sentido, analisou-se a relevância de alguns movimentos social em prol da economia solidária como a ANTEAG, O CNBB, AS ITCPS E O MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA a fim de propor um novo modelo econômico a ser seguido com o escopo de promover a inclusão social e o resgate da cidadania.

Como se vê, essas iniciativas possuem caráter emancipador do indivíduo, pois suas atividades consistem em capacitar o cidadão para prosseguir com a empresa solidária, através do apoio técnico. Objetivam também difundir as bases da economia solidária que pode ser considerado, num primeiro momento, uma tentativa ousada de mudança do paradigma atual. Contudo, pode-se afirmar sem receio, que as diretrizes propostas, intentam concretizar uma nova racionalidade econômica baseada no solidarismo e na emancipação do cidadão.

Assim, conforme exposto conclui-se que cada movimento social atua em um espaço diferenciado e possibilita atingir diversos grupos, contudo o objetivo final se assemelha no sentido de que buscam atribuir papel dignificante e integrador ao trabalho por meio da economia solidária, e assim, criar atmosfera de inclusão social resgatando direitos possibilitadores de cidadania, elementos estes não trazidos pelo capitalismo.

Referências

ALONSO, Angela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. *Lua Nova*, n.76, p. 49-86, 2009.

ALEXANDER, Jeffrey C. Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 13, n. 37, jun. 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 ago. 2013.

AMMANN, Safira B. *Movimento popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do parlamento*. São Paulo: Cortez, 1991.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO. *Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho*. 2. ed. São Paulo: ANTEAG, 2002.

AVENI, Alessandro; SILVA, Renata Helena da. Papel da mídia na geopolítica contemporânea. *Revista Eletrônica, Tempo, Técnica, Território*, v.1, n.3, p. 25-44, 2010.

CASTELS, Manuel. *Cidade, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro: editora paz e terra, 1980.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Quem Somos: Caridade, Justiça e Paz. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/site/comissoes-episcopais/caridade-justica-e-paz/2818>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

FARIA, José E.. *Justiça e conflito: os juízes em face dos novos movimentos sociais*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

FRANK, Andre. G.; FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos Movimentos Sociais. *Lua Nova: revista de ciência e política*, n. 17, p. 19-48, jun. 1989.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. V plenária Nacional de economia solidária Documento 1:Orientações Gerais e Indicativos metodológicos .4.1. Definição sobre os segmentos segundo a IV Plenária Nacional (2008). p. 18. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 28 ago. 2013

GOHN, Maria Da Glória Marcondes. *Os sem-terra, ongs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOHN, Maria Da Glória Marcondes. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

GOHN, Maria Da Glória Marcondes. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

KOWARICK, Lúcio. *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: passado e presente. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5, ago. p. 5-14, Jun./ago. 1997.

MELUCCI, Alberto. Um Objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, n.17, p. 49-56, jun. 1989.

NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão: Economia Solidária e Utopia: otra Economía. *Revista Latinoamericana de economía social y solidaria*, v. 2, n. 3 jun./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/revistas/index.php/otraeconomia/issue/view/196>>.

NASCIMENTO, Cláudio. *A autogestão e o "novo cooperativismo"*. Brasília: Ministério do trabalho, 2004. (Textos para discussão)

ORTIZ ROCA, Humberto. *Economia Solidária. Hacia una nueva civilización*, 2001.

PENTEADO NETO, Alfredo Camargo. *Organizações de trabalhadores : comissões de fábrica, greve, autogestão*. São Paulo: LTR, 1986.

PERUZZO, Cicilia K. *Comunicação dos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998.

PICOLOTTO, Everton L. Movimentos sociais: abordagens clássicas e contemporâneas. *Revista eletrônica de ciências sociais (CSOnline)*, ano 1, n. 2. Disponível em: <<http://www.editoraufj.com.br/revista/index.php/csonline>>. Acesso em: 02 jul. 2012.

REDE DE INCUBADORAS DE DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO. *A Rede*. Disponível em: <<http://www.itcp.coppe.ufrj.br/ridi/>>. Acesso em 29 ago. 2013.

SANTOS, Boaventura de S. *Los nuevos movimientos sociales*. Setembro de 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal5/debates.pdf>> Acesso em: 02 jul. 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1996.

SINGER, Paul; SOUZA, André R. (Org.). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul; SOUZA, André R. (Org.). A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA, Maria A. de. *Movimentos Sociais e Sociedade Civil*. Curitiba: IESDE, 2008.

TAUILE, José R. *Do socialismo de mercado à economia solidária*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO NO NOVO SÉCULO, 1., 2001. Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2001.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

TOURAINÉ, Alain. *As Classes sociais na América Latina: problemas de conceituação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.